

INSS

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL

- Língua Portuguesa
- Redação Discursiva
- Ética no Serviço Público
- Noções de Direito Constitucional
- Raciocínio Lógico-Matemático
- Conhecimentos Específicos
- Noções de Direito Administrativo (On-line)
- Noções de Informática (On-line)



Conteúdo de acordo
com o Edital
Questões gabaritadas
da banca CEBRASPE
Legislação comentada

Instituto Nacional do Seguro Social

INSS

Técnico do Seguro Social

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A *Editora Nova Concursos* será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão dos conteúdos cobrados para os cargos de *Técnico do Seguro Social de acordo com os itens mais relevantes e principais atualizações com base no último edital, do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS*.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes *Importante e Dica*, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção *Hora de Praticar, com questões gabaritadas da banca CEBRASPE-CESPE, responsável pelo último certame, para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca*.

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: *Conteúdo de Noções de Direito Administrativo e Noções de Informática disponíveis em PDF para download*. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

AVISO **IMPORTANTE**

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS	11
■ TIPOLOGIA TEXTUAL	14
■ ORTOGRAFIA OFICIAL.....	19
ACENTUAÇÃO GRÁFICA	20
■ EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS	21
■ EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE	37
■ SINTAXE DA ORAÇÃO E DO PERÍODO.....	40
REGÊNCIAS NOMINAL E VERBAL	50
CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL.....	52
■ PONTUAÇÃO.....	58
■ SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS	62
■ REDAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIAS OFICIAIS	64
MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	64
REDAÇÃO DISCURSIVA.....	109
■ INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA.....	109
ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO	137
■ CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL DO PODER EXECUTIVO FEDERAL	137
DECRETO Nº 1.171/1994	137
DECRETO Nº 6.029/2007 E SUAS ALTERAÇÕES.....	149
NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL.....	153
■ DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS (GARANTIAS CONSTITUCIONAIS INDIVIDUAIS E DOS DIREITOS COLETIVOS, SOCIAIS E POLÍTICOS).....	153
DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (DIREITO À VIDA, À LIBERDADE, À IGUALDADE, À SEGURANÇA E À PROPRIEDADE).....	153

DIREITOS SOCIAIS.....	175
NACIONALIDADE	182
DIREITOS POLÍTICOS E CIDADANIA	184
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ARTIGOS DE 37 A 41, CAPÍTULO VII, CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988).....	187
 RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO	 205
■ CONCEITOS BÁSICOS DE RACIOCÍNIO LÓGICO	205
VALORES LÓGICOS DAS PROPOSIÇÕES	205
PROPOSIÇÕES SIMPLES	205
SENTENÇAS ABERTAS.....	206
CONECTIVOS E PROPOSIÇÕES COMPOSTAS.....	208
Número de Linhas da Tabela Verdade.....	209
TAUTOLOGIA.....	211
■ OPERAÇÃO COM CONJUNTOS	212
■ CÁLCULOS COM PORCENTAGENS	220
 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	 225
■ SEGURIDADE SOCIAL	225
ORIGEM E EVOLUÇÃO LEGISLATIVA NO BRASIL.....	225
CONCEITUAÇÃO	231
ORGANIZAÇÃO	231
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.....	232
■ LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	235
CONTEÚDO, FONTES E AUTONOMIA	235
APLICAÇÃO DAS NORMAS PREVIDENCIÁRIAS.....	236
VIGÊNCIA, HIERARQUIA, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO	236
■ REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	239
SEGURADOS OBRIGATÓRIOS	239
FILIAÇÃO E INSCRIÇÃO	239
CONCEITO, CARACTERÍSTICAS E ABRANGÊNCIA	242

Empregado, Empregado Doméstico, Contribuinte Individual, Trabalhador Avulso e Segurado Especial	242
SEGURADO FACULTATIVO	249
Conceito, Características, Filiação e Inscrição	249
TRABALHADORES EXCLUÍDOS DO REGIME GERAL	250
■ EMPRESA E EMPREGADOR DOMÉSTICO.....	250
CONCEITO PREVIDENCIÁRIO	250
■ FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.....	251
RECEITAS DA UNIÃO	251
RECEITAS DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.....	251
Dos Segurados, das Empresas, do Empregador Doméstico, do Produtor Rural, do Clube de Futebol Profissional e sobre a Receita de Concursos de Prognósticos	251
Receitas de Outras Fontes	258
SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO	258
Conceito.....	258
PARCELAS INTEGRANTES E PARCELAS NÃO INTEGRANTES.....	259
LIMITES MÍNIMO E MÁXIMO	262
REAJUSTAMENTO	262
ARRECADAÇÃO E RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS À SEGURIDADE SOCIAL	263
COMPETÊNCIA DO INSS E DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	264
OBRIGAÇÕES DA EMPRESA E DEMAIS CONTRIBUINTES.....	264
Prazo de Recolhimento.....	264
RECOLHIMENTO FORA DO PRAZO.....	266
Juros, Multa e Atualização Monetária.....	266
■ DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO.....	267
■ CRIMES CONTRA A SEGURIDADE SOCIAL.....	268
■ RECURSO DAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS	272
■ PLANO DE BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	273
BENEFICIÁRIOS	273
ESPÉCIES DE PRESTAÇÕES.....	274
BENEFÍCIOS	275

SERVIÇO SOCIAL.....	293
REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	293
■ BENEFÍCIOS DECORRENTES DE LEGISLAÇÕES ESPECIAIS	294
PENSÃO ESPECIAL – SÍNDROME DE TALIDOMIDA - LEI Nº 7.070/1982 E SUAS ALTERAÇÕES.....	294
PENSÃO ESPECIAL DOS SERINGUEIROS - LEI Nº 7.986/1989 E SUAS ALTERAÇÕES.....	296
PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE – LEI Nº 8.059/1990	297
PENSÃO ESPECIAL ÀS VÍTIMAS DE HEMODIÁLISE DE CARUARU - LEI Nº 9.422/1996	301
PENSÃO VITALÍCIA ÀS VÍTIMAS DO CÉSIO 137 – LEI Nº 9.425/1996.....	301
APOSENTADORIA E PENSÃO EXCEPCIONAL AO ANISTIADO POLÍTICO - LEI Nº 10.559/2002 E SUAS ALTERAÇÕES.....	302
PENSÃO ESPECIAL ÀS PESSOAS ATINGIDAS PELA HANSENÍASE – LEI Nº 11.520/2007.....	305
PENSÃO ESPECIAL DESTINADA A CRIANÇAS COM SÍNDROME CONGÊNITA DO ZIKA VÍRUS – LEI Nº 13.985/2020	305
SEGURO DESEMPREGO PESCADOR ARTESANAL – SEGURO DEFESO – LEI Nº 10.779/2003	306
DECRETO Nº 8.424/2015 E SUAS ALTERAÇÕES.....	307
DISPOSIÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS.....	309
PERÍODOS DE CARÊNCIA.....	311
SALÁRIO DE BENEFÍCIO E RENDA MENSAL DO BENEFÍCIO	312
REAJUSTAMENTO DO VALOR DOS BENEFÍCIOS	314
■ MANUTENÇÃO, PERDA E RESTABELECIMENTO DA QUALIDADE DE SEGURADO	314
■ LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – LOAS.....	317
LEI Nº 8.742/1993 E SUAS ALTERAÇÕES	317
Benefício de Prestação Continuada – BPC/LOAS.....	324
Auxílio-Inclusão.....	328
LEI Nº 14.176/2021 E SUAS ALTERAÇÕES.....	330
DECRETO Nº 6.214/2007	333
■ REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (UNIÃO, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS)	344
CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, CONTAGEM RECÍPROCA, COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E LEI Nº 9.796/1999 E SUAS ALTERAÇÕES	344
DECRETO Nº 10.188/2019 E SUAS ALTERAÇÕES.....	346

■ EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103/2019.....	352
■ LEI COMPLEMENTAR Nº 142/2013.....	371
■ LEI Nº 8.212/1991 E SUAS ALTERAÇÕES.....	373
■ LEI Nº 8.213/1991 E SUAS ALTERAÇÕES.....	380
■ DECRETO Nº 3.048/1999 E SUAS ALTERAÇÕES	383
■ INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 128/2022 (PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 29/3/2022, EDIÇÃO: 60, SEÇÃO: 1, PÁGINA: 132).....	389
■ O SERVIDOR PÚBLICO COMO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	465
■ SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA NO SERVIÇO PÚBLICO	467



LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

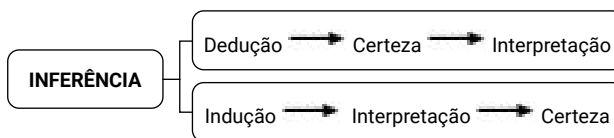
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

A INDUÇÃO

As estratégias de interpretação que observam métodos indutivos analisam as “pistas” que o texto oferece e, posteriormente, reconhecem alguma certeza na interpretação. Dessa forma, é fundamental buscar uma ordem de eventos ou processos ocorridos no texto, que variam conforme o tipo textual.

REDAÇÃO DISCURSIVA

INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA

Neste material, vamos trabalhar a redação discursiva. Você estudará algumas características inovadoras no conceito de produção de textos para quem quer atingir um melhor resultado em provas que exijam do candidato a habilidade de produzir um texto.

Aqui, serão apresentados os aspectos gerais da redação discursiva em sua estrutura textual, bem como todos os passos para a sua produção com eficiência. Porém, antes de iniciarmos, é importante dar atenção às dúvidas que geralmente são apresentadas pelos alunos para que se possa dar solução aos principais problemas que eles relatam.

DÚVIDAS FREQUENTES QUANTO À REDAÇÃO PARA CONCURSOS PÚBLICOS

Por que é tão difícil produzir um texto eficiente?

Sempre se ouvem os temores de alunos quanto às provas que cobram dos candidatos habilidades na produção de questões discursivas. Alguns dizem se sentirem tão despreparados que terminam por desistir dos concursos que trazem a redação como critério de classificação.

Tem de se reconhecer que o hábito de escrever não está na prática do cotidiano da maioria das pessoas e que, hoje em dia, quando se dispõem a fazê-lo, exercitam essa habilidade normalmente em ambientes virtuais, como sites de comunicação e elaboração de e-mails. Nesses expedientes, ocorre o que chamam de “pacto da mediocridade” (sem intenção ofensiva), que caracteriza a postura displicente de como se escreve e a aceitação mútua de erros e desvios da norma culta escrita: “ele escreve errado, mas eu aceito para não ser cobrado por ele da mesma forma quando errar”. Usam-se imagens, símbolos gráficos, abreviações que mais se assemelham a códigos criptografados do que à própria língua portuguesa.

O maior problema é que isso gera um reforço negativo: treina-se uma escrita que não promove a prática ideal da comunicação verbal normatizada. O resultado é que, quando ocorre a exigência da produção escrita, a prática que se tem não promove a eficiência nessa categoria de comunicação.

Como, em pouco tempo, desenvolver a habilidade da escrita em quem tem dificuldade de passar para o papel o que tem na sua cabeça?

Inicialmente, em um procedimento tradicional de produção de textos, começa-se pela apresentação de exemplos de textos bem escritos, mostra-se sua estrutura, apresentam-se as partes que o compõem.

Depois disso, inicia-se a identificação dessas partes e de como elaborá-las separadamente: como se constrói um parágrafo; quais são as fases de sua elaboração; quais são os diferentes tipos de parágrafos.

Também é mostrado como podem ser os parágrafos que introduzem, desenvolvem e concluem um texto dissertativo. E só depois de exercitar esses primeiros procedimentos é que se passa à produção de um trabalho completo, buscando a eficiência do todo por intermédio do agrupamento de cada uma das partes estudadas até a formação de um bloco contínuo e completo.

O truncamento desse trabalho ocorrerá certamente se o aprendiz não se dispuser a praticar esses conceitos. É aí que começa a frustração dos potenciais autores, pois muitas vezes só vão tentar praticar a escritura da sua redação após terem terminado o estudo do livro didático e sentem muita dificuldade no momento do agrupamento, isto é, de fazer virar o todo aquilo que aprendeu a fazer por partes. Se o resultado não for satisfatório, eles simplesmente assumirão a dificuldade como uma inabilidade pessoal.

Como proposta de solução para essa dificuldade, vamos partir de um princípio inverso em que se começa da materialização do texto eficiente, satisfazendo os anseios dos nossos alunos: começamos pelo **todo** para depois estudarmos as **partes**.

Esse trabalho consiste na elaboração de máscaras de redação, o que proporciona um ponto de partida concreto na produção de redações eficientes a partir de modelos prontos e que poderão ser reproduzidos e adaptados para qualquer tema proposto pela banca organizadora do concurso, respeitando ainda o caráter da originalidade e da criatividade de cada autor.

As máscaras de redação garantem a eficácia sobre os principais quesitos exigidos pelas bancas organizadoras dos critérios de correção dos textos, tais como progressão textual e sequencialização, coesão e, conseqüentemente, coerência, além de atender naturalmente à estrutura própria dos textos dissertativos.

Outro ponto importante é o de permitir ao candidato uma projeção bem aproximada da extensão do seu texto em número de linhas.

Essa proposta também tem a finalidade de desenvolver uma maior agilidade na projeção e na construção da redação, otimizando o tempo de sua elaboração durante a prova.

Qual o peso ou a importância da redação em um concurso público?

O peso da redação é muito grande, por isso, ela faz a diferença na aprovação. Nos concursos atuais, a redação tornou-se o passaporte para o ingresso em grande parte das carreiras públicas, pois de nada vale um resultado positivo na prova objetiva se não obtiver sucesso em sua redação.

Os candidatos costumam dedicar seu tempo de estudos à prova objetiva e deixar a redação por último. Na maioria das vezes, passam naquela e reprovam nesta. Não dá para subestimar a redação, é preciso exercitar sempre.

O que conta mais para um bom resultado: ter bons conhecimentos sobre o assunto apresentado na proposta ou ter bons conhecimentos em língua portuguesa?

Em verdade, os dois aspectos são equivalentes em importância. No que diz respeito aos conhecimentos de língua portuguesa, estamos referindo-nos à estrutura e

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

DECRETO Nº 1.171/1994

O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal está disposto no Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, e tem como base a normativa principal disposta no art. 37, da Constituição Federal, de 1988, e leis esparsas, tais como as Leis nº 8.112, de 1990, e nº 8.429, de 1992.

O decreto em questão estabelece as normas de conduta ética e de comportamento que os servidores públicos federais devem seguir no exercício de suas atividades, visando garantir a integridade, a moralidade e a eficiência da Administração Pública.

O cumprimento do código de ética é fundamental para a construção de uma Administração Pública eficiente, transparente e comprometida com os valores éticos, que atenda aos interesses da sociedade. Para isso, é importante que os servidores públicos conheçam e respeitem as normas estabelecidas pelo decreto.

Preliminarmente, é importante destacar o destino de aplicação do referido código de ética. Vejamos:

Art. 1º Fica aprovado o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, que com este baixa.

Art. 2º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta implementarão, em sessenta dias, as providências necessárias à plena vigência do Código de Ética, inclusive mediante a Constituição da respectiva Comissão de Ética, integrada por três servidores ou empregados titulares de cargo efetivo ou emprego permanente.

Parágrafo único. A constituição da Comissão de Ética será comunicada à Secretaria da Administração Federal da Presidência da República, com a indicação dos respectivos membros titulares e suplentes.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

O código inicia suas disposições estabelecendo as regras deontológicas. Elas são normas que orientam o comportamento de profissionais de uma determinada área de atuação.

Dessa forma, as regras de conduta são aplicáveis aos servidores do Poder Executivo federal na Administração direta e indireta. Para lembrar, a Administração Pública direta é a União, os estados, os municípios, o Distrito Federal e os seus respectivos órgãos, secretarias, departamentos e ministérios.

Já a Administração Pública indireta são as pessoas jurídicas autônomas, que podem ser de direito público ou de direito privado. São, de modo geral, as autarquias, as fundações, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Apesar de ser parte da legislação federal, o código de ética é também cobrado em concursos públicos para cargos em órgãos estaduais e municipais, pois serve como parâmetro para todos os servidores em geral.

Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal

● Das Regras Deontológicas

Vamos nos ater, no momento, às regras deontológicas que fazem parte do anexo. A seção das regras deontológicas é a parte mais importante do código de ética dos servidores públicos, pois é a que mais costuma cair em questões de prova.

Costuma-se definir **deontologia** como sendo um conjunto principiológico, com regras de condutas e deveres diante do exercício de uma profissão.

Isso significa que cada especialista deve estabelecer suas próprias normas para regular a prática da sua profissão, com base no código de ética de sua respectiva área de atuação.

Assim, as regras deontológicas são as normas de conduta que todo servidor público deve seguir no exercício de suas atribuições, sendo que todos os incisos presentes no Capítulo I, Seção I, são de leitura obrigatória — e alguns merecem o devido comentário.

São, ao todo, 13 regras deontológicas, e, por sua importância, é necessário que observemos uma a uma e façamos alguns comentários. Atenção ao dispositivo:

I - A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.

- **Dignidade e decoro** possuem definições muito similares. Significam agir com respeito às instituições. É se comportar de acordo com a função que o profissional ocupa;
- **Zelo** é a dedicação do servidor ao serviço;
- **Eficácia** é a capacidade que o servidor tem de resolver os problemas concernentes ao seu serviço, gerando, assim, resultados positivos;
- **Consciência dos princípios morais** é ter conhecimento da ordem moral, da ética, do respeito mútuo etc.

Ao dizer que dignidade, decoro, zelo, eficácia e consciência dos princípios morais são primados maiores, afirmamos que tais características devem servir de base para a atuação do servidor tanto no exercício do serviço público quanto fora dele.

Conforme aludido pelo inciso I, os atos, comportamentos e atitudes de todos os servidores serão direcionados a fim de preservar a honra e a tradição dos serviços públicos, pois o servidor representa o Estado perante toda a sociedade.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS (GARANTIAS CONSTITUCIONAIS INDIVIDUAIS E DOS DIREITOS COLETIVOS, SOCIAIS E POLÍTICOS)

Com forte expressão no pós-guerra, os direitos e garantias fundamentais, apesar de seu teor sensivelmente constitucional, são interdisciplinares e se relacionam a todos os ramos do direito.

Diz-se isso pois, pautados na busca de justiça e paz social, refletem um compromisso geral do direito e da Justiça de proteção e garantia de uma vida digna a todos os cidadãos.

Além disso, toda a legislação infraconstitucional também reflete, de maneira geral, a preocupação com políticas adequadas que possam conciliar o desenvolvimento econômico, social e cultural.

De todas as circunstâncias citadas parte a interdisciplinaridade entre os direitos e garantias fundamentais e outros ramos do direito, tais como o direito penal, civil, trabalhista e processual.

A amplitude temática dos direitos e garantias fundamentais é uma questão de toda a seara jurídica, visto que a consolidação e efetivação dos direitos fundamentais estão diretamente relacionadas à própria condição da vida humana.

Os direitos fundamentais, portanto, estão localizados no Título II da CF, de 1988, do art. 5º ao art. 17, sendo classificados em cinco grupos:

- direitos individuais e coletivos;
- direitos sociais;
- direitos de nacionalidade;
- direitos políticos; e
- direitos relacionados à existência, organização e participação em partidos políticos.

Também são classificados em três dimensões de direito, pois surgiram em épocas diferentes. Vejamos:

- **Direitos de primeira geração:** traduzem-se na **liberdade** quanto à atuação do Estado nas ações do indivíduo. Aqui, estão compreendidos os direitos civis e políticos;
- **Direitos de segunda geração:** aqui compreendidos os direitos decorrentes das obrigações do Estado em prol dos indivíduos (direito à saúde e à educação e direito ao trabalho), tendo como primazia o valor “**igualdade**”;
- **Direitos de terceira geração:** direitos relacionados ao valor “**fraternidade**”. São direitos que vão além do individual; busca-se o bem coletivo (ex.: direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, direito do consumidor e direito ao desenvolvimento).

DIREITOS FUNDAMENTAIS DE PRIMEIRA DIMENSÃO	DIREITOS FUNDAMENTAIS DE SEGUNDA DIMENSÃO	DIREITOS FUNDAMENTAIS DE TERCEIRA DIMENSÃO
Direitos civis e políticos – liberdade	Direitos sociais, econômicos e culturais – igualdade	Fraternidade

Dito isso, é importante reafirmarmos que esses direitos e garantias **não** estão taxativamente expressos na Constituição Federal. Trata-se de uma matéria esparsa, consubstanciada em a toda legislação nacional, inclusive infraconstitucional.

Entretanto, apesar de não se tratar de uma matéria exaustiva e taxativa, *numerus clausus*, o rol dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, de 1988, é exemplificativo. Por isso, é importante estudarmos alguns dos seus dispositivos.

Portanto, antes de adentrarmos nos dispositivos constitucionais pertinentes, faz-se necessário abordar conceitos fundamentais no estudo da disciplina.

DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (DIREITO À VIDA, À LIBERDADE, À IGUALDADE, À SEGURANÇA E À PROPRIEDADE)

Os direitos e deveres individuais e coletivos estão elencados no art. 5º da Constituição:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

CONCEITOS BÁSICOS DE RACIOCÍNIO LÓGICO

VALORES LÓGICOS DAS PROPOSIÇÕES

Na lógica, temos apenas dois valores lógicos: **verdadeiro** ou **falso**. Quando temos uma declaração verdadeira, o seu valor lógico é **Verdade** (V); quando é falsa, dizemos que seu valor lógico é **Falso** (F).

ESTRUTURA LÓGICA

A Negação com o Conectivo “não”

Representação simbólica: $(\sim p)$ ou $(\neg p)$.

Sabemos que o valor lógico de “p” e “ $\sim p$ ” são opostos, isto é, se p é uma proposição verdadeira, “ $\sim p$ ” será falsa, e vice-versa.

Exemplo:

- p: “Matemática é difícil.”;
- $(\sim p)$ ou $(\neg p)$: “Matemática não é difícil.”

Outras maneiras de negar uma proposição, que têm aparecido com frequência nas provas de concursos, são:

- “Não é verdade que matemática é difícil.”;
- “É falso que matemática é difícil.”

Conjunção (Conectivo “e”)

Representação simbólica: \wedge

Exemplos:

Na linguagem natural:

O macaco bebe leite **e** o gato come banana.

Na linguagem simbólica: $p \wedge q$

Sendo:

- p: o macaco bebe leite.
- q: gato come banana.

Disjunção Inclusiva (Conectivo “ou”)

Representação simbólica: \vee

Exemplos:

Na linguagem natural:

Maria é bailarina **ou** Juliano é atleta.

Na linguagem simbólica: $p \vee q$

Sendo:

- p: Maria é bailarina.
- q: Juliano é atleta.

Disjunção Exclusiva (Conectivo “Ou...ou”)

Representação simbólica: \veebar

Exemplos:

Na linguagem natural:

Ou o elefante corre rápido, **ou** a raposa é lenta.

Na linguagem simbólica: $p \veebar q$

Sendo:

- p: o elefante corre rápido.
- q: a raposa é lenta.

Condicional (Conectivo “se... então”)

Representação simbólica: \rightarrow

Exemplos:

Na linguagem natural:

Se estudar, **então** vai passar.

Na linguagem simbólica: $p \rightarrow q$

Sendo:

- p: estudar.
- q: vai passar.

Bicondicional (Conectivo “se, e somente se”)

Representação simbólica: \leftrightarrow

Exemplos:

Na linguagem natural:

Bino vai ao cinema **se, e somente se**, ele receber dinheiro.

Na linguagem simbólica: $p \leftrightarrow q$

Sendo:

- p: Bino vai ao cinema.
- q: ele receber dinheiro.

PROPOSIÇÕES SIMPLES

Observe a frase a seguir:

Paula vai à praia.

Para saber se temos ou não uma proposição, precisamos de três requisitos fundamentais:

- **Ser uma oração:** é uma frase com verbo;
- **Oração declarativa:** a frase precisa apresentar uma situação, um fato;
- **Pode ser classificada como Verdadeira ou Falsa:** ou seja, podemos atribuir o valor lógico verdadeiro ou o valor lógico falso para a declaração.

Tendo isso em vista, podemos afirmar claramente que a frase “Paula vai à praia” é uma proposição lógica, pois temos a presença de um verbo (ir), uma informação completa (temos o sujeito claro na oração) e podemos afirmar se é verdade ou falsa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

SEGURIDADE SOCIAL

ORIGEM E EVOLUÇÃO LEGISLATIVA NO BRASIL

Estudar a evolução histórica da seguridade social leva-nos a compreender a importância da proteção social, bem como o fato de que ela encerra um direito de luta. Garantir a proteção social é garantir igualdade social.

No que tange à questão previdenciária, eventos da vida, como a doença, a idade avançada, a prisão, a maternidade, o desemprego, a invalidez, entre outros, refletem, diretamente, na capacidade laborativa do indivíduo. Eles alteram, principalmente, a sua vida financeira. Por isso, o Estado deve intervir e impor regras para a garantia da subsistência dessas pessoas.

Na nossa legislação, percebemos um Estado que visa à proteção da população, ofertando serviços de saúde gratuitamente (por meio, por exemplo, do SUS — Sistema Único de Saúde) e benefícios assistenciais para a população necessitada (como o Bolsa Família, os auxílios emergenciais em momentos de crise, entre outros), assegurando a dignidade humana e as garantias fundamentais previstas em nossa Constituição.

Porém, nem sempre essa foi a realidade de nosso país ou, ainda, do mundo. Estamos em processo de evolução, pois, por muito tempo, não se falava em Estado de direitos, muito menos em garantia de proteção social. Um sistema de seguridade social, englobando as políticas de saúde, assistência social e previdência social, de forma articulada, como o que temos hoje, é algo que, tendo surgido com a Constituição Federal, de 1988, pode ser considerado recente na história brasileira.

Para se chegar a isso, um longo caminho foi percorrido. Estudaremos, adiante, a origem da seguridade social no mundo — sempre que possível, em ordem cronológica.

A Origem dos Mecanismos de Seguridade Social no Mundo

O atual modelo de seguridade social, como já introduzido, é formado pelo tripé da assistência social, saúde e previdência. Tal modelo é resultado de uma longa construção histórica, marcada por lutas em prol da atenuação das desigualdades sociais, as quais remontam à origem da seguridade social no mundo. Por isso, é imprescindível o seu conhecimento para melhor compreender os processos de evolução e de desenvolvimento da temática no Brasil.

Remotamente, o embrião da seguridade social se relaciona à assistência e possui fundamento na caridade, sendo, na maioria das vezes, praticada

e envidada pela Igreja e, posteriormente, pelas instituições públicas.

Naquela época, o necessitado que precisava de auxílio (em razão de desemprego, enfermidade ou invalidez) solicitava ajuda à comunidade, que poderia ou não ofertar ajuda, a depender da existência e disponibilidade de recursos.

Com o avançar dos tempos, surge, em 1601, na Inglaterra, a primeira manifestação estatal acerca da temática, com a edição pela Rainha Elizabeth I do *Act of Relief of the Poor* ou, como comumente é conhecida, a Lei dos Pobres, que estabeleceu um encargo obrigatório recolhido pelo Estado com a finalidade social de prestar assistência aos necessitados. Surgiu, assim, o primeiro modelo assistencial público ou de assistência social.

Em suma, a Lei dos Pobres era um fundo monetário que se destinava a todos os necessitados desempregados ou que não possuíam condições de sustentar os filhos, mas que detinham força laborativa para trabalhar para a Igreja ou para o Estado.

É importante mencionar os fatores que influenciaram a Lei dos Pobres. São eles:


- o forte poder da Igreja, que pregava como dever do Estado a prestação de assistência aos desamparados;
- o crescimento populacional desencadeado pela migração de trabalhadores rurais para os centros urbanos — trabalhadores estes que nem sempre encontravam trabalho, o que aumentava o número de necessitados em condição de miserabilidade nas ruas e, por conseguinte, agravava os problemas sociais na Inglaterra;
- a manutenção do controle estatal predominante sobre a população.

Posteriormente, na Alemanha, especificamente em 1883, surgem as primeiras manifestações sobre seguro social por meio do “chanceler de ferro”, Otto von Bismarck, que estabeleceu leis que constituem o embrião da previdência social no mundo, garantindo aos trabalhadores o direito à percepção de seguro-doença (1883), seguro de proteção em face de acidentes de trabalho (1884), seguro-invalidez e seguro-velhice (1889).

As leis bismarckianas não foram promulgadas como resposta a lutas sociais, diferentemente do ocorrido em muitos outros Estados. Pelo contrário, foram elaboradas de forma premeditada, principalmente para prevenir potenciais revoluções. Assim, o objetivo central destas era transformar os trabalhadores alemães em indivíduos mais dependentes da proteção estatal, convertendo, por conseguinte, os atores políticos em cidadãos comuns. No entanto, o modelo bismarckiano é considerado um modelo mais restrito, uma vez que possuía como destinatários somente aqueles que contribuíam para o sistema.

Vale salientar que, após as medidas adotadas por Bismarck, a Inglaterra se desenvolveu fortemente na legislação previdenciária, tornando-se o país mais avançado nesse sentido, por meio da promulgação das seguintes leis:

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO